



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.
Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

A CONFIGURAÇÃO DAS CIDADES NO CAPITALISMO: ELEMENTOS ANALÍTICOS PRELIMINARES

Norma Daliane Rodrigues Vieira¹

Resumo: A definição de uma nova forma de sociedade, cujos interesses privados são afirmados, em detrimento do coletivo, inaugurou novas formas da luta de classe e, conseqüentemente, inovadoras estratégias de manutenção e fortalecimento dessa nova ordem social. Nesse campo, as cidades, vistas sob os moldes contemporâneos, não estão isentas desse processo, que, no bojo da urbanização vivencia processos contraditórios e permanentes de negação e a afirmação dos direitos daqueles que as compõem, por se estruturar como espaço privilegiado de reprodução social, justificando, assim, a importância de compreendê-las inseridas nesse movimento.

Palavras-chave: Cidades; Urbanização; Capitalismo; Crise.

Abstract: The definition of a new form of society, whose private interests are affirmed, to the detriment of the collective, inaugurated new forms of class struggle and, consequently, innovative strategies for maintaining and strengthening this new social order. In this field, the cities, seen under the contemporary molds, are not exempt to this process, where in the midst of urbanization experiences contradictory and permanent processes of denial and the affirmation of the rights of those who compose them, because it is structured as a privileged space for social reproduction, thus justifying the importance of understanding them inserted in this movement.

Keywords: Cities; Urbanization; capitalismo; crisis.

INTRODUÇÃO

As inovações sociais e econômicas resultantes da sociabilidade do capital imprimiram na sociedade um complexo conjunto de relações de produção e reprodução social, as quais, fundamentadas em um cristalino interesse particular, em detrimento das necessidades coletivas, revelam sua sustentação – a exploração, dada a produção do excedente, por meio do trabalho. Nessa perspectiva delinea-se o processo de acumulação do capital, entendido como o caminho da transformação da mais-valia em capital, através de uma reprodução ampliada, que “obriga” os capitalistas explorar a força de

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual da Paraíba. E-mail:<daliane.rvieira@gmail.com>.

trabalho, assim como competir entre si, conforme apontam Netto e Braz (2017, p 143).

Com base nessa conjuntura, o capital incutiu em todos os espaços do planeta suas determinações e consequências, cujas expressões são marcadamente duras para o trabalho, refletivas na “questão social” (aqui compreendida sob as referências de José Paulo Netto). Nos marcos desse movimento se configuram as diversas faces expressivas da “questão social”, permeadas pelo campo econômico, ambiental, habitacional, sanitário, entre tantos outros, dentre os quais dá-se destaque, nesse estudo, à “questão urbana”, compreendida como um braço clássico dessas expressões e, que, portanto, deve ser considerada em sua complexidade.

Para tanto, compreende-se que o entendimento acerca da segregação socioespacial se faz primordial, por reconhecer esse processo com resultante dessa sociabilidade, onde, desde a ascensão política e social da burguesia,

[...] separou seus espaços de moradia daqueles proletários, valorizando suas áreas, aprovando legislação edilícia que regulamentava modelos arquitetônicos condizentes com certa ocupação (proibindo, assim, cortiços, casas de pensão etc.) e destruindo certas áreas proletárias ao promover ‘renovações urbanas’ que lhes atribuíam novo uso e, em consequência, outro valor de troca.

Na contemporaneidade, os resultados desse movimento ilustram as contradições do capitalismo, que, segundo Harvey (2012),

[...] não tem tido muito a ver com atender às necessidades da população. Trata-se de uma estratégia para absorver capital excedente, sustentar taxas de lucro. E maximizar o retorno sobre valores de troca independentemente de quais forem as demandas por valores de uso. As consequências têm frequentemente se mostrado extremamente irracionais. Enquanto há uma escassez crônica de moradias financeiramente acessíveis em quase toda grande cidade, suas *skylines* são emporcalhadas com condomínios vazios para ultraricos, cujos principais interesses são especular valores imobiliários ao invés de promover o bem estar.

O retrato apresentado por Harvey (2012)² é esclarecedor e respalda o estudo aqui conformado. É fato que o capital tem claro interesse nesse processo e, diante da ativação dos seus limites absolutos de manutenção, usurpa da classe que a constrói e sustenta, ou seja, do trabalhador, a possibilidade de (sobre)viver nas cidades, relegando-o à margem, ao periférico, à negação do direito ao urbano, instigando-nos a compreender os elementos fundamentais, ainda que elementares, desse movimento, os quais seguem expostos a seguir.

AS CIDADES MOLDADAS PELO CAPITAL: elementos para análise

Os pressupostos da sociedade capitalista têm na tensa relação entre capital e trabalho a fundamentação da produção e da reprodução social, as quais, inauguradas no contexto de apropriação privada do trabalho coletivo, fundamentam a “subsunção” do trabalho ao capital. Porém, destaca-se que o trabalho, apesar da “subordinação”, não se posiciona apaticamente nessa relação, “ele é um elemento vivo, em permanente mediação de forças, gerando conflitos e oposições” (ANTUNES, 2004, p. 344), sendo estes estabelecidos através de um conjunto de processos sociais que fomentam a manutenção das bases de sustentação da sociedade do capital.

Nessa perspectiva, a configuração da propriedade privada na sociabilidade capitalista permeia todos os processos sociais, dentre os quais se estabelece a expropriação do solo, posto que, ao se converter em mercadoria pelo capital, veste a possibilidade de exploração direta, como capital constante, e afeta diretamente “a força de trabalho ali assentada, obrigando-a a migrar ou submeter-se às novas relações jurídico-políticas” (FOLADORI; KILPP; MELAZZI, 2016, p. 175).

² Entrevista dada ao Blog Boitempo. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/category/colaboracoes-especiais/david-harvey/> Acessado em 02 de julho de 2018.

Assim, enquanto se afirmavam novas relações sociais, políticas e econômicas, a emergência das cidades se configurava como uma estratégia do capital para a reprodução ampla das suas diretrizes de fundamentação. Gomes (2007), ao indicar a análise de Lefebvre, indica que a cidade tem influência direta no processo de produção capitalista, ao tempo em que “universaliza a concorrência, transforma o capital em capital industrial e acelera a circulação desses capitais” (GOMES, 2007, P. 180), sendo necessário, nesse sentido, compreendendo que as alterações concretas do real refletem-se nos territórios, cujas particularidades da formação social devem ser analisadas, dados os redimensionamentos que se operam nessa conjuntura.

Portanto, as cidades se constroem como espaço de reprodução dos interesses capitalistas, cujas marcas das relações sociais apontam desde o isolamento dos indivíduos, que, segundo Engels (2013), “constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em nenhum lugar ele se manifesta de modo tão imprudente e claro como na confusão da grande cidade”. Para o autor, seu espanto se conforma diante a barbaridade visível nas grandes cidades, onde, em uma parte, se percebe o egoísmo grosseiro – individualismo – em consonância com uma miséria sem precedentes, sob a égide de uma guerra social, cujo ônus recai sobre o trabalhador sob as mais diversas formas e expressões.

Nessa perspectiva, a questão urbana apresenta-se como braço da questão social desde os primórdios do capitalismo, marcadamente no período em que “a burguesia inicia o processo de apropriação do poder do Estado” e “ascende ao poder político” (MARTINS; LIMA, 2016, p. 179), cuja nova condição de classe redimensionou a configuração das cidades, com claro interesse de subsidiar a manutenção e reprodução do capital. Dessa forma, os referidos autores, tomando como análise os estudos de críticos marxistas, compreendem que é na produção e reprodução social do capital que se fortalece/sustenta a organização e estrutura das cidades.

A cidade, segundo Roberto Park (apud Harvey, 2012, p.28) é a

[...] tentativa mais coerente e, em termos gerais mais bem sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus

mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo.

Nesse sentido, o acesso ao que se constrói no âmbito das cidades reflete os interesses conjugados nas relações que as sustentam, o que, no bojo da sociedade capitalista apresenta uma conjuntura específica, cujo mote molda um direito esquivo, contrário ao entendimento do direito à cidade, como um campo do direito coletivo e, portanto, atrelado aos interesses mais profundos da coletividade que a forma. Entretanto, a sociedade do capital opera um movimento permanente de afirmação dos interesses brutais do capitalista, em detrimento das necessidades do trabalho e, para tanto, molda o urbano conforme essas intenções, incentivando, de forma clara ou não, a construção de um perfil urbano, marcados pelas diferenças entre

[...] Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterrupta nas ruas, vêm-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é normal. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência” (BALBO, apud HARVEY, 2012, p. 48)

Desse modo, segundo Harvey (2012), a dimensão de classe se reafirma, tendo em vista que é a população pobre, oprimidas e as principais vítimas desse processo, cuja violência se faz “necessária para a construção um novo mundo urbano sobre os escombros do antigo” (idem, ibidem, p 50), a qual se expressa, nesse caso, na supressão de áreas pobres sob a falácia do “desenvolvimento cívico, da recuperação ambiental e da renovação urbana”.

Nessa perspectiva, a questão urbana torna-se pauta de debate, interesse e preocupação a partir da ascensão política da burguesia, cujo marco analítico está na obra de Engels – Contribuição ao problema da habitação –

conforme apontam Martins e Lima (2016), cujos apontamentos revelam, concomitante aos acontecimentos, a forma inédita que a burguesia compreendia as regiões centrais urbanas, à luz do contexto político, econômico e social e, portanto, apresentam elementos fundamentais para a compreensão do “método Haussmann”, principal método utilizado para reformar as cidades, como estratégia para a resolver o problema da habitação nos centros urbanos.

Os interesses do capital nesse processo evidenciam a busca permanente pelo enriquecimento, tendo em vista que as intervenções nesses espaços não se dão em consonância com os anseios da classe trabalhadora por melhores condições de sobrevivência no âmbito da cidade, no que tange aos aspectos habitacionais e sanitários. Nessa perspectiva, as estratégias usadas, majoritariamente, permeiam a transferência da população pobre dos centros urbanos, sem nenhuma mudança nas condições sócio-habitacionais dos mesmos, cujo exemplo emblemático dessa forma de abordagem está no “método Hausmann”.

O referido método surgiu na França, após a Revolução de 1848, e consiste em um processo de transferência da população pobre dos centros urbanos, “propiciando lucros consideráveis à burguesia e maior controle de seu Estado sobre o espaço urbano” (p. 183). Nesse ponto, a autora conclui, tomando como base os estudos de Engels, em que o “processo de expulsão dos trabalhadores das áreas centrais das cidades apresentou um núcleo comum, quanto à forma de realizá-lo, nos mais diversos projetos de modernização burguesa dos centros urbanos” (p. 183), tendo o “método Hausmann” como a estratégia universal do processo de modernização, de modo que este possibilita que as relações sociais reafirmem os interesses do capital.

Na verdade, a burguesia só tem um método para resolver a seu próprio modo o problema da moradia – isto é, resolve-lo de modo que a solução recoloque eternamente os mesmos problemas a cada nova tentativa. Esse método é chamado de “Haussmann” [denominação com a qual] me refiro à prática que atualmente se difundiu muito e consiste em abrir brechas nos bairros operários da classe operária de nossas grandes cidades e, particularmente, em áreas centrais, sem nada que justifique se isso é ou não feito por razões de saúde

pública, pelo embelezamento da cidade, pela procura por grandes edifícios comerciais situados no centro ou, devido às exigências do tráfego, do assentamento de dormentes de estradas de ferro, da ampliação das ruas (o que às vezes parece ter o objetivo de dificultar as lutas em barricadas) [...] Por mais diferentes que sejam os motivos, o resultado será sempre o mesmo; os becos imundos desaparecem, para grande alegria da burguesia, que se autocongratula por ter contribuído para o enorme sucesso das transformações, mas tudo reaparece imediatamente em outro lugar qualquer [...] Os focos das doenças, os buracos e os porões infames em que o modo de produção capitalista confina nossos trabalhadores noite após noite, não são erradicados; são simplesmente transferidos para outro lugar! A mesma necessidade econômica que os produziu nas vezes anteriores, volta a produzi-los em outros lugares (ENGELS, apud Harvey, p. 50-51).

Nesse contexto, o debate acerca da relação entre desenvolvimento, crise do capital e urbanização se apresenta, na contemporaneidade, como uma necessidade urgente, dado o reconhecimento de que “a questão urbana constitui aspecto incontornável na discussão da crise do capital e suas formas de materialização” (p. 258). No âmbito dessa constatação, está a percepção acerca da importância das cidades como espaços privilegiados para o capital, por se conformar em “centros de comando e de decisão das grandes corporações transnacionais, a dominar os espaços nacionais e a interferir na dinâmica de reprodução e de acumulação do capital em nível global” (p. 258), assim como para o trabalho, haja vista que também é lócus de sobrevivência dessa classe social, vítima feroz do avanço do capital.

Conforme já explicitado, os estudos de Harvey apresentam elementos essenciais para a construção analítica dessa articulação, através da análise do desenvolvimento das cidades sob a perspectiva crítica das intenções capitalistas, a qual permite o destrinchamento dos aspectos históricos que justificam a importância dessa síntese. Dessa forma, tem-se no “método Hausmann” a explicação primeira desse processo.

Como exemplo mais recente, há a experiência vivenciada nos Estados Unidos, no pós-Segunda Guerra Mundial, através de um conjunto de ações no âmbito das cidades, as quais resultaram na suburbanização. Percebeu-se, no período, a edificação de novas cidades – em regiões mais distantes, e conseqüentemente de difícil acesso, onde se alojou a classe trabalhadora, de

forma majoritária, em consonância com o crescimento exponencial de cidades que eram pequenas.

Nesse período, as referidas formas de redefinição do espaço urbano se sustentavam na combinação da força de trabalho e capital, e estimularam o desenvolvimento nos anos seguintes, dados os altos índices de investimentos em infraestrutura urbana, que logo caminhou para um *boom* de urbanização. Entretanto, essa nova forma das cidades, que não se restringe ao contexto estadunidense, condensa um conjunto de desafios, que, segundo Harvey (apud MARTINS; LIMA, 2016, p. 258), nos obriga a

[...] pensar outro tipo de urbanização não predatória e que abra a perspectiva de construção e de acesso ao direito substantivo à cidade para todos/as, o que não pode ser concebido nos marcos da civilização do capital. Dito isto de outro modo, a questão urbana e a crise urbana põem na ordem do dia a construção de transições em direção a outras formas de urbanidade, que não poderão emergir senão no contexto de uma transformação social mais profunda, com a emergência e construção de uma nova sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão do debate construído sob a referência entre a relação crise do capital e urbanização, cuja sintonia é mais essencial do que se pode perceber num primeiro momento, o fortalecimento da centralização e concentração do capital nesse processo são, no entanto, evidentes, e reforçam as estratégias de superação das crises, as quais, no contexto urbano sustentam-se com base na restrição do direito à cidade e “das conquistas civilizatórias produzidas histórica e socialmente pela humanidade e subtraídas à classe trabalhadora pela burguesia, detentora dos meios fundamentais de produção”. (MARTINS, 2016, p. 180). Harvey (2012, p. 59)

Conclui que a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que tem o efeito em escala geográfica cada vez maior, mais o preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade.

O problema central desse movimento encontra-se no cerne contraditório do capitalismo, cujas expressões de crise – econômica, social, ambiental, entre outras – geram insatisfação conjunta e, não ironicamente, refletem no próprio contexto urbano, marcadamente precário e incapaz de efetivar as

necessidades sociais mais básicas para determinada classe social (a do trabalho), tais como: moradia, transporte, saneamento básico e saúde – desconsiderando nesse ponto, outros tantos direitos negligenciados.

Martins (2014), ao analisar a conjuntura socioambiental, demonstra os principais aspectos que formam a cidade quanto ao contexto sanitário de (não) acesso a água potável e ao saneamento básico, principalmente nas regiões urbanas mais periféricas, onde se instala a massa do trabalho. Segundo a autora, a escassez de acesso aos serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos), por parcela significativa dos trabalhadores que estão nas cidades, estrutura-se como uma dimensão trágica da questão urbana (dentre tantas outras), a qual, em consonância com a desarmonia nos investimentos em políticas de habitação social, sob a égide da

precarização do trabalho, de ampliação da informalidade, de baixos salários, as áreas de favela, de moradias insalubres, as soluções precárias dos moradores de rua tem resultado em expansão e densificação das áreas favelas, das ocupações urbanas e do contingente de trabalhadores vivendo nas ruas, morando em galerias de esgotos e bueiros (idem, ibidem, p. 263).

Nessa constatação se fortalece o “método Hausmann”, cuja segregação social se constrói, se fortalece e se efetiva. As estratégias do capital, para tanto, ocultam a classe trabalhadora, deixando-a esquiua ao acesso a serviços mais essenciais, no entanto, conforme destaca Harvey (2012), de tempos em tempos, isso acaba em rebeliões e, diante da barbárie a que estamos expostos, as respostas que se buscam podem ser dadas por meio de embates nas cidades. “Afiml, talvez Lefebvre estivesse certo, há mais de quarenta anos, ao insistir em que a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada” (HARVEY, 2012, p. 66).

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/agosto. 2004.

ENGELS, Friedrich. A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. (Tradução de Nélio Schneider). Editora Boitempo. 2013.

FOLADORI, Guilherme; MELAZZI, Gustavo; KLIPP, Renato. A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes. 1. Ed. São Paulo: Outras Expressões. 2016.

GUERRA, Eliana Costa. Revista Pol. Pública. Questão Urbana e Ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo. São Luís, Número Especial, (p. 257-267). 2014.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo. Martins Fontes. Tradução Jeferson Camargo. 2014.

MARTINS, Rafael Martins de; LIMA, Caroline Magalhães. A “questão urbana” e o direito à cidade: a segregação socioespacial na formação das cidades brasileiras. In: MACÁRIO, Epitácio; VALE, Erlênia Sobral do; RODRIGUES JÚNIOR, Natan. Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social. Expressão Gráfica e Editora. Fortaleza. 2016. (p. 179 – 206)

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8. Ed. São Paulo. Cortez, 2012 (Biblioteca Básica de Serviço Social, volume 01)